

Provocações, notícias falsas e a importância da História

» CARLOS DA SILVA JR.

Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, presidente da Associação Brasileira de Estudos Africanos, integrante da Rede de Historiadorxs Negrxs

Tudo mês de novembro no Brasil é a mesma coisa. Pipocam posts nas redes sociais de especialistas em escravidão que não se importam com o tema durante o ano inteiro afirmando: “Os africanos escravizavam africanos!” ou “Os africanos faziam tráfico, os portugueses nunca pisaram na África!”. É coisa recorrente à exaustão.

O tema é tratado em numerosas pesquisas de extrema qualidade produzidas sobretudo nas universidades públicas brasileiras. Ainda assim, há muita mistificação sobre o assunto em livros de divulgação, internet e imprensa. O pano de fundo é a dificuldade da sociedade brasileira em lidar com a tragédia humana do tráfico e da escravidão e suas consequências contemporâneas.

Estamos tratando de um sistema com várias faces. Há locais onde houve escravidão — a possibilidade jurídica de se possuir cativos — e escravismo, quando esse regime de trabalho dominava a economia. É o caso do Brasil, que a utilizou largamente durante três séculos e meio. A escravidão na África, por outro lado, é, ainda hoje, objeto de acalorados debates acadêmicos, ora pelo fato de ter sido uma entre as diversas formas de dependência existentes nas sociedades africanas, ora por ser um sistema de trabalho inteiramente novo. Além disso, a escravidão em larga escala não emergiu em todas as partes do continente, floresceu, principalmente, nas áreas mais integradas à economia atlântica. Noutras partes, mais para o interior, estudiosos labutam para compreender como ela funcionava.

Ao contrário da escravidão no Brasil, na África a situação foi bem mais complexa. Algumas regiões eram mais densamente escravizadas que outras. Havia maior ou menor possibilidade de mobilidade social no cativeiro. Os cativos — principalmente as crianças — podiam



ser incorporadas às famílias dos senhores, podiam ascender a posições de destaque nas hierarquias sociais e políticas locais. Enfim, havia mais diversidade na escravidão do que se imagina. Mas, muitas vezes, resume-se um debate complexo de forma simplista: africanos escravizavam africanos.

É necessário olhar para a África, a fonte de mão de obra das zonas produtoras de commodities nas Américas. Mas não esqueçamos que cada navio negreiro carregava interesses de muitos tipos de empresários. Os negreiros brasileiros carregaram mais de 40% de todas as pessoas deportadas do continente africano pelo tráfico. Estamos falando de cerca de cinco milhões de mulheres, homens e crianças, traficadas para o Brasil entre 1550 e 1850, segundo estimativas recentes. E é isso que se destaca na escravidão transatlântica: o seu caráter mercantil.

A demanda que regia esse negócio desde a Europa construiu feitorias comerciais

no litoral da África Atlântica para facilitar o comércio com o interior, de onde vinha a maioria dos cativos. A expansão da escravização na África, entre os séculos XVI e XIX, é resultado direto da sede colonialista europeia por braços africanos, até mesmo fornecendo armas para guerras cujas vítimas eram transformadas em mercadorias para o tráfico. É nos engenhos de açúcar e fazendas de café, nas minas e nas cidades das colônias nas Américas que se deve procurar as causas históricas do tráfico negreiro e da escravidão.

Em 2022, celebram-se os 200 anos da independência brasileira. Livre do controle português, a jovem nação não abriu mão do tráfico, nem da escravidão. Pelo contrário, intensificou-os. Tornou-se, aliás, país conhecido por ignorar tratados celebrados com a Inglaterra para proibir o tráfico e libertar cativos ilegalmente traficados. O governo e o parlamento brasileiro fizeram vista grossa ao tráfico até não mais poder resistir à pressão dos ingleses e à rebeldia dos escravizados.

O tráfico e a escravidão destruíram comunidades inteiras no continente africano, deixando marcas profundas na sociedade brasileira, dentre as quais, o racismo. A responsabilidade pelo tráfico e pela escravidão não é da população branca de hoje, embora se espere que esta reconheça seus privilégios e se empenhe na luta antirracista. Ao Estado brasileiro, cabe implementar políticas públicas de reparação e promover uma educação antirracista. Quem sabe assim não precisaremos mais responder às mesmas velhas provocações e notícias falsas a cada novo novembro.

Em tempo: este artigo compõe a Ocupação da Rede de Historiadorxs Negrxs em veículos de comunicação de todo o Brasil neste 20 de novembro de 2021.

O lugar do negro é onde ele quiser

» JUVENAL ARAÚJO

Subsecretário de Direitos Humanos do Distrito Federal

Mais um 20 de novembro. E desde que comecei a escrever sobre o tema, fico me perguntando o que mudou em 10 anos de criação da Lei nº 12.519. Na verdade, a pergunta é pregressa há mais de um século do fim da escravização do povo negro e ao que todos nós estamos fazendo para viver sem a chaga do racismo.

Para aqueles que insistem em bradar o alto e bom som que ter uma data específica que simboliza a luta e a resistência por direitos dos negros configura insistência, mimimi, choro livre ou vitimismo, observe mais atentamente os fatos a seu redor e considere o aumento significativo em quantidade e gravidade dos casos de discriminações contra negros dentro do nosso país.

Você, leitor caucasiano, o que lhe faz crer ser melhor do que os outros? Essa não é uma resposta que deve ser dada a mim, mas pensada e respondida a sua consciência. “Empretecendo” que consciência humana não existe. O 20 de novembro ainda é necessário porque não haverá progresso enquanto a sociedade insistir em negar, camuflar, dissimular o racismo e reforçar esse mito eugenista de democracia racial, que cria uma harmonia fantasiosa de uma sociedade inexistente sem conflitos por cor. Isso só contribuiu para a retirada de direitos de 56% da população excluída dos direitos básicos sociais.

Realmente, sente-se confortável em se recusar a admitir tanta atrocidade e interpretar a realidade a partir de sua individualidade privilegiada? Devo lhe alertar que mais cedo ou

mais tarde precisará rever essa posição porque não recuaremos, e o que não vai pela ignorância se faz real e possível pela educação.

Somente pela educação antirracista teremos condições mais favoráveis para viver e esperar por uma sociedade que verse justiça social efetiva e permanente para todos. Ai, então, deixaremos de ser este país limitado pela distância racial, social e de renda, que naturaliza e restringe a existência do negro negativamente associado à marginalidade e a pobreza.

Trabalho difícil, exaustivo e lento. Mas não é impossível de ser feito. Engana-se quem acredita que a luta contra o racismo está em uma só mão. A luta não é só do negro, mas de todos nós. Eduquem seus filhos a respeitar e a não insultar os outros pela cor da pele e eles não serão racistas. Não deduza que um homem negro de terno é segurança, ele pode ser advogado, sociólogo, gestor público, empresário, ou ainda que a mulher negra de tranças é sempre a empregada doméstica, ela pode ser jornalista, médica, professora, psicóloga. O lugar do negro é onde ele quiser ser e estar.

“Ah, mas eu não tenho culpa que o racismo existe. Aconteceu lá atrás e eu não escravizei ninguém.” Mas, até hoje, beneficia-se das barbáries ocorridas pelas mãos de seus antepassados. Ultrajes que se seguem até hoje, nas mais variadas formas de retirada de direitos, como quando se diz ser contra as cotas raciais, mas silencia as fraudes no sistema desobedecendo os critérios de autodeclaração étnico-racial; quando a criança de pele clara pode passar o dia estudando nas melhores instituições de

ensino do país e a criança negra se vê obrigada a se dividir entre trabalhar e sobreviver ao genocídio de jovens negros periféricos. É esse o tipo de pensamento e atitude que, verdadeiramente, acredita que não tem nada a ver e que racismo não existe no Brasil!

Enquanto você se beneficia do acesso a este conteúdo de informação desse importante meio de comunicação, tem um negro utilizando o mesmo jornal como cobertor. O racismo estruturado age sorrateiramente, materializando injustiças, desigualdades e exclusões de espaços e posições sociais, a partir de nossas características fenotípicas (tipo de cabelo, traços físicos, cor de pele que quanto mais retinta, pior a discriminação), imposto, forçado e colonizado pela ideia de que o branco deveria ser o único padrão.

Esse mero cidadão que lhe escreve, tem algo mais para te dizer. Nós, negros, somos seres pensantes possuidores de humanidade, beleza e saberes. Foram as nossas civilizações as primeiras em transmissão de conhecimentos, descobertas, invenções e instituições humanas.

Apesar de alguns avanços que validam efeitos positivos para a população afro-brasileira, ainda temos muito que desenvolver e, urgentemente, ampliar a notoriedade das ações afirmativas, oportunidades, acesso a serviços, direitos e políticas públicas capazes de impulsionar mais progresso. Somos, sim, muito diferentes. Mas é você o único responsável pela mudança que todos nós precisamos para um país mais justo e igualitário.

Consciência negra, racismo e democracia

» CARLOS MOURA

Primeiro presidente da Fundação Palmares e membro do Conselho Consultivo da Universidade de São Paulo (USP)

Há 50 anos, em 1971, um grupo de negros gaúchos, destacando-se o saudoso poeta Oliveira Silveira, idealizou homenagear Zumbi, o herói de Palmares, o líder da cidadela Serra da Barriga, morto em 20 de novembro de 1695. A partir de então, o movimento negro assumiu a data como ponto máximo das atividades relativas a tudo quanto se realizasse no tocante à cultura afro-brasileira e à superação do racismo. Trata-se da afirmação da identidade de um grupo social cujos valores estão no âmago da nacionalidade, porém, sem o reconhecimento quer do Estado quer da maioria da sociedade.

Novembro é mais precisamente o dia 20 se impuseram enquanto marcas da negritude. Tal fato concretizou-se a partir do trabalho do movimento negro e é um dos raros acontecimentos provenientes da militância que conquistou a chancela social e

institucional carimbando assim a expressão consciência negra.

Consciência negra lembra a adesão — em e com todos os sentidos — a identidade de homens e mulheres descendentes dos povos africanos etnicamente majoritários no país, abrindo espaço para “a promoção e preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (Lei nº 7.668/88).

Democracia é incompatível com racismo. Este despreza o ser humano em sua dignidade plena e se sustenta no preconceito e na discriminação. A propósito Norberto Bobbio em seu livro Elogio da Serenidade sustenta dois pontos: “(...) a democracia, diferentemente dos governos autocráticos, inspira-se em princípios universais, como a liberdade, a justiça, o respeito pelo outro, a tolerância, a não violência. O racismo é antiliberal, anti-igualitário, intolerante (...) violento e criminoso. Em

segundo lugar, a democracia é inclusiva, na medida em que tende a incluir na própria área os “outros” que estão fora, para estender também a eles os próprios benefícios dos quais o primeiro é o respeito a todas as fés”.

A caminhada é longa, desafios foram e estão sendo ultrapassados mediante o trabalho das entidades do movimento e aliados com o aprimoramento e a prática de Atos legais tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que determina o ensino de cultura africana e cultura afro-brasileira, artigo 68 das disposições transitórias da Constituição, o Estatuto da Igualdade Racial, a legislação de cotas na universidade e a previsão de políticas públicas na União, nos estados e municípios em todos os segmentos.

A cada novembro a ação transformadora do movimento negro e aliados se robustece e se anima na direção da superação do racismo. Valeu, Zumbi!

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Maturidade e eleição

Com a maturidade forçada pela ação inexorável do tempo, vem a necessidade natural de reflexão sobre os fatos da vida, passado, presente e futuro. Então, chega o momento em que é necessário pensar em tudo, até para dar qualquer passo adiante. Deveria, para nosso próprio proveito, ser assim também com relação às eleições e, principalmente, com os eleitores. A reflexão do eleitor sobre aqueles que se apresentam para disputar cargos é fator de bem-aventurança para o país e sua sociedade. A qualidade do eleitor, sob os mais variados aspectos da formação humana, tem peso direto na qualidade daqueles que sagrar-se-ão vencedores nas eleições. Do mesmo modo, mas, em sentido contrário, a baixa qualificação dos eleitores produz reflexos, também, nos resultados das eleições, ajudando candidatos que, por sua atuação pretérita, não deveriam estar listados entre os postulantes.

Com isso, fica patente entre nós que a perpetuação de candidatos reconhecidamente indiferentes às leis e à ética e que desses requisitos fazem troça, têm sua origem na pouca qualificação do eleitor brasileiro. Dessa forma, não é de se estranhar quando, terminada as eleições, o resultado acaba mostrando que, assim como são os eleitores, são os novos titulares de cargos eletivos.

Um é a cara do outro. O fenômeno da corrupção, tão arraigado entre nós, aproveita desses desvios encontrados em nossa legislação eleitoral para assegurar sua sobrevivência, além, é claro das ações que serão perpetradas por esses mesmos novos eleitos, modificando as leis vigentes, tornando-as ainda mais frouxas e lenientes, reduzindo e restringindo as penalidades e criando uma série de novas exigências para a Justiça cumprir seu papel.

A confecção de leis para desarmar as penalidades contra a corrupção é também obra do eleitor pouco qualificado. Em suma, é o eleitor o responsável por eleger aqueles que, lá na frente, farão de tudo para tornar os Poderes da República em valhacouto de maus cidadãos. Trata-se de um tema que, embora delicado e constantemente acusado de elitista, precisa ser debatido a fundo, sob pena de termos que repetir, ad infinitum, erros que custam o futuro de toda uma nação.

A questão de como fazer de cada cidadão um eleitor consciente de sua importância para toda a sociedade é básica e vital. É na brecha também facilitada por eleitores sem compromisso com a cidadania, que o crime organizado tem empurrado, cada vez mais, seus candidatos para dentro da máquina do Estado, numa infiltração daninha e que custará muito a todos os brasileiros.

É justamente por não poder exigir princípios minimamente éticos dos eleitores na hora de votar, que estamos onde estamos. É também por saber que as leis vigentes nada podem fazer contra poderosos, imantados com foro de prerrogativa e outras defesas supremas, que vamos, a cada eleição, recolocando em seus devidos postos aqueles que, num país ideal, deveriam estar por detrás das grades, pagando, um a um, por seus ilícitos.

Os poucos eleitores que ainda se submetem a uma reflexão sincera sobre a atual conjuntura, sabem que as possibilidades reais de virem a passar o país a limpo em 2022, são escassas, se não difíceis.

Refletir, portanto, sobre as próximas eleições é um exercício e uma tarefa que somente os muito otimistas estão dispostos a se submeterem. Nada mudará no plano político e institucional, enquanto o cidadão e eleitor não mudar, adquirindo maturidade para saber que é ele o responsável por tudo o que está aí e que nos infelicitam a todos, faz tempo.

» A frase que foi pronunciada

“Antes de dizer que Brasília está cheia de corruptos, vote direito. Você dá poder a eles com o seu voto. Brasília não tem nada com isso.”

Dona Dita, discutindo com a irmã que mora em outro estado.

Uma pena

Senador Izalci é daqueles que chegaram a Brasília nos primeiros anos da cidade. Não dá para compreender essa proposta legislativa de ocupar 4 mil hectares com moradias em área de proteção ambiental, uma floresta nacional. De certo é porque as árvores tortas do cerrado não são belas para algumas pessoas. Mas o subsolo é o berço das águas. O estrago vai ser grande.

Decifras

Notícia da Câmara dos Deputados. Para 2022 emendas individuais somam R\$ 10,478 bilhões; as de bancada R\$ 17,850 bilhões; e as de comissões R\$ 84,1 bilhões. No entanto, das emendas coletivas, apenas R\$ 5,7 bilhões de emendas de bancada têm execução obrigatória. Bom mesmo seria a população ter um canal interativo e amigável para acompanhar a aplicação dessa verba fabulosa.

» História de Brasília

Outro dia os telefones da Estação Rodoviária estavam com cadeado para que ninguém os usasse. (Publicada em 14/2/1962)